

Marielle Franco e primeiras infâncias: costuras e entrelaçamentos

Marielle Franco and early childhood: links and connections

Viviane Alves Santos Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

RESUMO:

Este artigo busca tecer respeitadas costuras e entrelaçamentos entre a vida de Marielle Franco e a da autora. Primeiramente, tenciona indicar alguns dos privilégios que invisibilizavam a atuação da vereadora para a autora até o momento de sua morte. Posteriormente, por meio do resgate de memórias pessoais, doutrina, notícias de jornais e, principalmente, transcrições dos discursos de Marielle Franco em sua breve e potente passagem pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o trabalho analisará as contribuições da vereadora para as causas das infâncias e das mulheres, sobretudo as negras e periféricas. Sob a perspectiva de verdadeiras sementes lançadas em defesa do atendimento humanizado de mulheres e das primeiras infâncias, serão evidenciados os projetos de lei de autoria da vereadora que foram aprovados e aqueles que estão em trâmite e merecem acompanhamento.

Palavras-chave: Marielle Franco. Primeiras infâncias. Discursos.

ABSTRACT:

This article seeks to relate respectful connections and links between Marielle Franco's life and that of the author. First, it intends to indicate some of the privileges that made the councilwoman's work invisible to the author until the moment of her death. Subsequently, the work will analyze the councilwoman's contributions to the causes of childhood and women, especially black and peripheral ones through the rescue of personal memories, doctrine, journalistic reports and transcriptions of Marielle Franco's speeches in her brief and powerful passage through the City Council of Rio de Janeiro. From the perspective of true seeds sown in defense of the humanized care of women and early childhood, the bills authored by the councilor that were approved and those that are in process and deserve follow-up will be highlighted.

Keywords: Marielle Franco. Early childhood. Speech.

DOI: 10.12957/mnemosine.2023.85816

Introdução

"[...] demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros." (Grada Kilomba)

Ao mesmo tempo em que muitos bradam a pergunta “*Quem mandou matar Marielle?*”, arrisco-me a tecer este texto com o fim de partilhar o momento em que a conheci: no dia de sua morte, 14 de março de 2018.

Esta confissão é feita não sem embaraço sobre essa ignorância. Desconhecimento meu que expõe alguns privilégios e atravessamentos a serem parcialmente enfrentados nessa escrita.

A data em que a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco foi brutalmente calada coincide com o período em que eu iniciava os estudos sobre o desenvolvimento infantil pela perspectiva da primeira infância em um programa denominado Liderança Executiva para o Desenvolvimento da Primeira Infância promovido pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)¹.

O curso tinha a duração de 4 meses e se iniciava com uma semana de aulas presenciais na Faculdade de Educação da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Havia pouquíssimas pessoas do Rio de Janeiro: uma colega promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, um diretor de televisão, uma representante de uma fundação privada e eu. Os demais integrantes eram de outros estados brasileiros e de alguns países da América Latina.

Na manhã do dia 15 de março, na fria e nevada Boston, lembro-me como numa cena de filme: muitos alunos procuraram a mim, promotora de Justiça do Rio de Janeiro, para expressar o lamento pela morte da vereadora. Vi a comoção nacional e internacional pelas mídias e demorei a compreender por que motivos desconhecia completamente aquela mulher negra tão potente.

Posteriormente, descobrimos que Marielle foi silenciada por sua militância política. Segundo uma das promotoras de Justiça responsáveis pela investigação, a motivação do crime foi decorrente de sua atuação política². No momento atual, tem-se que os executores do crime foram denunciados e estão presos³, enquanto as investigações miram a identificação do(s) mandante(s).

Apesar de integrar o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), não tratarei das investigações nesta escrita, posto que não tenho atribuição funcional para tanto. O presente trabalho buscará analisar as contribuições da vereadora para as causas das infâncias e das mulheres.

Cinco anos depois da morte de Marielle Franco e após o término do curso de primeira infância, relacionarei estes dois eventos, entrelaçando-os com as minhas

vivências e a primeira infância. Nesse caminho de descobertas e costuras, socorre-me Margareth Rago quanto à metodologia utilizada nesta partilha:

“A escrita autobiográfica, nesse sentido, assume a forma de uma tecnologia feminista de si, que visa tanto a elaboração do próprio eu, escapando dos dispositivos biopolíticos de produção das individualidades, recusando a normatividade insistentemente imposta sobre nossos corpos, quando a construção de uma nova relação com o outro, já que narrar a própria vida é também uma forma de abrir-se a um outro, ao contrário do que ocorreria com o diário íntimo”. (RAGO, 2010, p. 4).

Além do resgate de algumas memórias pessoais, o trabalho se valerá de doutrina, notícias de periódicos e transcrições dos discursos da vereadora Marielle Franco na Câmara de Vereadores.

1 BREVE RETROSPECTO PESSOAL

Ingressei no MPRJ para ser promotora de Justiça criminal, ou seja, para promover a responsabilização criminal de indivíduos que violassem as regras penais impostas no Brasil. Pretendia, utopicamente, trazer paz social por meio da punição das pessoas que descumprem as normas impostas na sociedade.

Em minha formação jurídica, posso dizer que todo o conhecimento que chegou até a mim foi aquele proveniente da estrutura de conhecimento ocidental europeia. Todos os livros que compunham a minha biblioteca e meus estudos eram majoritariamente escritos por homens brancos, com algum sobrenome peculiar, indicativo de famílias reconhecidas no campo do Direito.

Carnelutti, Beccaria, Pontes de Miranda, Caio Mário, Bobbio, Requião, Hely, Barbosa Moreira, Barroso, Nucci, Damásio são nomes que os estudantes de Direito que passaram cinco anos no sétimo andar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) provavelmente conhecem ou já ouviram falar.

À época, não tinha a maturidade para questionar o projeto pedagógico da graduação e elaborar a indagação de Santos, referida por Grosfoguel:

“como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas se baseie no conhecimento

produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)?” (SANTOS, 2010, p. 87 apud GROSFOGUEL, 2016, p. 26).

Assim, junto a Caios, Mévios e Tícios, debrucei-me sobre todo o conhecimento excludente das epistemologias do Sul global, perpetuando os genocídios e epistemicídios referidos por Boaventura de Sousa Santos, até passar no concurso para promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2003.

Até 2016, atuei majoritariamente em promotorias criminais e fiz uma especialização em Criminologia nos anos de 2008 e 2009, primeira vez em que ouvi o termo seletividade penal, em algumas aulas baseadas nas doutrinas de Nilo Batista, Eugenio Raul Zaffaroni, Vera Malaguti dentre outros. Nessa oportunidade, tive o primeiro contato com Michel Foucault, através de *Vigiar e Punir*. A necropolítica de Achille Mbembe ainda não tinha sido traduzida e publicada no Brasil, ajudando a compreender a biopolítica *foucaultiana*, segundo a qual o direito soberano de matar e “os mecanismos de biopoder estão inscritos no modo de funcionamento de todos os Estados modernos”, sendo o racismo a tecnologia instituída para esta finalidade (MBEMBE, 2018, p. 10).

Nessa pós-graduação *lato sensu*, o texto de Rosa del Olmo gerou incômodo em minha formação eurocêntrica tão solidamente edificada:

“As palavras de Lombroso, Ferri ou Garofalo eram sagradas para os latino-americanos e tinham que ser assimiladas sem que se levasse em conta que a história da Itália, e portanto de sua delinquência, era muito distinta da nossa. Mas precisamente, era porque persistia a recusa em aceitar nossa história que se voltava o olhar para o europeu. Por sua vez, o caráter dependente dessas sociedades contribuía para a recusa de nossa própria história.” (DEL OLMO, 2004, p. 161 apud NUNES; CASTRO, 2017, p. 28).

Nas audiências judiciais, pude testemunhar o que as estatísticas oficiais corroboram: a clientela quase que exclusiva das varas criminais é composta por homens jovens, majoritariamente negros e pardos, presos por crimes relacionados ao tráfico de drogas e roubos. E essa situação me incomodava.

Passsei a atuar em uma promotoria de Justiça com atribuição para a matéria de direito de família, em 2017, e tive a oportunidade/privilegio de participar da seleção para o

referido curso internacional sobre o desenvolvimento da primeira infância que se iniciaria em março do ano seguinte.

Durante o curso, descobri a potencialidade do estudo interdisciplinar, tentando romper as paredes das caixas cartesianas em que fui colocada durante a graduação. Silvia Federici resgatou o empobrecimento da “grande divisória ontológica” instituída por Descartes entre a essência da humanidade e suas condições acidentais (FEDERICI, 2017, p. 254). Nesse período do curso, pude entender algumas motivações provenientes das neurociências, medicina, economia e psicologia, para a implementação da Lei nº 13.257/2016, também conhecida como Marco Legal da Primeira Infância (MLPI).

Ao voltar para o Brasil depois do curso, iniciei novo rumo em minha carreira profissional, dedicando-me ao estudo da primeira infância e de assuntos correlacionados. Após outra especialização⁴, aportei no mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana. Regressei à UERJ, mas dessa vez no diverso, colorido e multidisciplinar 12º andar da universidade.

Não sem antes olhar para a Concha Acústica, agora nomeada Marielle Franco⁵.

2 ENTRELAÇAMENTOS E COSTURAS

Admito ousadia relacionar a vida de Marielle Franco à minha. Imbuída de respeito e admiração, sigo.

Nascemos no mesmo ano de 1979. No ano em que me graduei na faculdade de Direito (2002), ela iniciou a graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em Ciências Sociais, já na condição de mãe. Como ela disse em entrevista, ela não pôde aproveitar tanto o ambiente estudantil, pois tinha uma filha para cuidar e empregos para dar conta: “imagine a perspectiva de uma mulher negra, favelada, mãe adolescente e casada, com uma relação que não era das melhores.” (PIMENTEL, 2016, p. 1).

Naquele ano de 2002, em que me despedia do 7º andar branco da UERJ, iniciava-se, pioneiramente, o sistema de cotas⁶, política pública de inclusão racial a qual me opus no início de sua implementação. Signatária por adesão do dito pacto narcísico da branquitude, apesar de filha de uma admirável mãe nordestina, sem nomes pomposos de família, acreditava na falácia da meritocracia.

Cida Bento evidencia que a história das instituições e da sociedade no Brasil vem sendo construída por meio da invisibilização dos negros e negras. A esse fenômeno de

perpetuação das relações de dominação pelo homem branco, ela conceitua como pacto narcísico da branquitude que seria uma prática de cumplicidade não verbalizada que almeja a manutenção dos seus privilégios (BENTO, 2022).

Ainda sobre tal pacto, Bento cita a lição de Daniel Markovits sobre a qual a

“meritocracia pretende justificar as desigualdades que produz e criar uma elite que se considera trabalhadora e virtuosa. Esta elite se beneficia das enormes desigualdades em investimentos educacionais e se esforça para oferecer as mesmas oportunidades educacionais aos filhos, passando os privilégios de uma geração à outra, o que vai impactar melhores oportunidades de trabalho e de salários para este grupo.” (MARKOVITS, 2021, p. 74 apud BENTO, 2022, p. 1).

Entender as entranhas desse pacto na alma da branquitude não é tarefa indolor para as subjetividades construídas em torno dos mitos da meritocracia e da democracia racial. Guattari e Rolnik explicam a construção da subjetividade como resultado de uma produção de massa: “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31). E assim foi meu sujeito construído na fôrma do mérito, do concurso, da supervalorização pessoal das conquistas individuais.

Diversos estudos de neurociência hoje contestam a ideia da meritocracia (AIZER; CURRIE, 2014). Além de não terem fundamento científico, certo que fazem mal aos seres humanos. Michael Sandel destaca que o ideal meritocrático acarreta atitudes desagradáveis tanto para os chamados “vencedores” quanto para os “perdedores”. Entre os primeiros, gera sentimento excessivo de orgulho e confiança, enquanto para os “perdedores”, brotam sentimentos de humilhação e ressentimento (SANDEL, 2020, p. 29). Dessa forma, por meio dos estudos e vivências, fui me despindo das vestimentas meritocráticas.

A maternidade chegou para mim sem o sobressalto vivido por Marielle. Foi planejada, com apoio afetivo e financeiro. Engravidar e parir com direito a um razoável período de licença maternidade possibilitou a minha adaptação e a de meus filhos para a volta ao trabalho, adaptação esta extremamente complexa e que traz imensas exigências dos pais (WINNICOTT, 1990).

Marielle, por sua vez, revelou em entrevista dada no ano de 2017 que começou a trabalhar como recreadora infantil em uma creche na Maré quando sua filha tinha apenas

três meses. Escancarou, mais uma vez, o nosso abismo: “essa licença à maternidade, esse lugar da mulher que tem 6 meses de aleitamento exclusivo mais férias, eu não tive isso”⁷.

Arriscando-me ao clichê, posso dizer que a maternidade transformou minhas visões de mundo. Conectada à cria, voltando a ser natureza, como na ideia de Ailton Krenak (2020, p. 32) – “eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza” – vivi os desafios de ser mãe. Desafios muito diversos daqueles enfrentados por Marielle. Costurando, presumo que alguns foram semelhantes.

Aliando a experiência pessoal aos estudos formais, junto a outros colegas do Ministério Público, começamos a planejar cursos, e capacitações sobre a primeira infância. A constituição do meu sujeito e de meu discurso tornou-se imbricada por tais atravessamentos. Na perspectiva *foucaultiana*, sujeito e objeto estão no mesmo campo de relações em que são mutuamente constituídos e transformados (MIRANDA, 2005).

Sob inspiração de Foucault, passo a investigar e refletir sobre as práticas discursivas de Marielle Franco durante o curto e intenso mandato de vereadora municipal do Rio de Janeiro.

3 PRIMEIRAS INFÂNCIAS E MATERNIDADE

A arqueologia, como Foucault a entende, é uma modalidade de análise do discurso. Não se equivale à geologia (como estudo do subsolo) nem à genealogia (como descrição dos começos e das sucessões), ela é o exame do discurso na modalidade de arquivo. (FOUCAULT, 1994).

Apesar da breve passagem de Marielle pela política legislativa municipal, seus discursos foram intensos e provocaram muitas reações (inclusive sua morte). Conforme relatou Robson Rodrigues da Silva, Coronel da reserva da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, “a vereadora Marielle era corajosa; lutava a favor das minorias, mas principalmente contra a estupidez das mortes desnecessárias que têm endereço e destinatários certos”.⁸

No entanto, o exame de seu discurso terá como farol as lentes da infância e da maternidade. É provável que a experiência da maternidade tenha sido transformadora para a jovem Marielle, constituindo mais um aspecto da sujeita negra, periférica, bissexual, filha de Marinete e Antonio, irmã de Anielle e mãe de Luyara.

Tal conclusão é retirada da mesma entrevista já referida na qual conta que após engravidar aos 18 anos, teve que largar os estudos, “porque mesmo com a mãe ajudando,

não tinha como deixar, o foco era cuidar da criança e não tinha ali esse lugar de um pai presente que assumisse suas responsabilidades.”

Vejamos que bem antes de disputar as eleições, no ano de 2014, sua dissertação de mestrado contém um especial agradecimento à sua filha:

“Ás(sic) vezes acham que ela é irmã, talvez pela aparência e amizade. Filha-amiga-Luy. Que tanto se orgulhou e muito esperou. As distâncias, ausências e gritos só podem ser afagadas com um muito obrigada. Além de agradecer desejo que você trilhe o seu caminho de felicidade no ORIENTE com o MAXIMO RESPEITO que Vc me ensinou. Sigamos juntas!!” (FRANCO, 2014, p. 2014).

Este agradecimento, além de me sinalizar o afeto de Marielle por sua filha, me indicou a admiração por essa adolescente, como verdadeira sujeita de direitos. Pessoa com quem Marielle aprendeu o valor do “máximo respeito”. Compreender que um adulto aprende com crianças e adolescentes é colocar em prática o ensinamento pedagógico de Paulo Freire, segundo o qual “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996). É reconhecer a criança e o adolescente como detentores de todos os direitos fundamentais, não só aqueles previstos no rol do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

Pedro Hartung, ao escrever sobre a capacidade de crianças de realizarem ou invocarem direitos fundamentais, acertadamente concluiu que “elas não são desprovidas da habilidade de exercício de qualquer direito fundamental, mas os realizam ou o experienciam de forma diversa do adulto ou do indivíduo considerado plenamente capaz”, de acordo com a fase de seu desenvolvimento (HARTUNG, 2022, p. 169).

Passando agora à análise de alguns discursos realizados no plenário da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, vemos que a primeira fala de Marielle, no dia 15 de fevereiro de 2017, já demonstrava preocupação com as pautas da infância e da maternidade:

“A gente já começa com alguns projetos de lei de garantia de atendimento humanizado nos casos de aborto legal, nos casos de estupro, por exemplo; de garantia de assistência qualificada, na rede pública, o que já existe; e de garantia do Programa de Espaço Infantil Noturno para a Educação Infantil para as mulheres faveladas, mulheres e famílias pobres que não tenham lugar... Imaginem uma trabalhadora que esteja

trabalhando num shopping ou que esteja de plantão.” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Em 21 de fevereiro de 2017, Marielle começa a semana

“falando a respeito de algo muito importante, muito fundamental para a saúde das mulheres, apresentando uma campanha e um projeto que fala de um programa que pretende humanizar o atendimento, já previsto em lei, nos casos de aborto. A nossa legislação já permite, desde 1940, portanto há 77 anos, que mulheres em consequência de estupro e em risco de vida, no caso da anencefalia, a partir de 2012, por uma decisão do STF, tenham o atendimento garantido. A necessidade é de fazer um projeto de lei garantindo o que já é legislação. Se é lei, tem que ser legal, tem que ser real, tem que ser garantido nas maternidades.” (Idem).

Marielle sabe que a pauta feminista do aborto é polêmica e não gera consensos na casa que recém integra. Além disso, destaco que não haveria competência legislativa municipal para tal enfrentamento. Pretendeu a vereadora, então, garantir o atendimento humanizado a mulheres grávidas, vítimas de estupro ou em risco de vida pela gravidez e que buscam a concretização do direito ao aborto legal⁹.

No discurso proferido pelo Dia Internacional da Mulher de 2018, a vereadora clama:

“O nosso Prefeito, quando esteve aqui, assumiu um compromisso de manter as políticas públicas de enfrentamento com a violência, mas o Prefeito passado já disse que não teríamos destinação orçamentária para tal. Qual é o investimento que esta Casa, que a Prefeitura fará, por exemplo, na Maternidade Maria Amélia? E para a única casa de partos em Realengo? E para o CEAM Chiquinha Gonzaga, na Praça XI, ou o abrigo Casa Viva Mulher Cora Coralina? Esses são lugares de atendimento à saúde dentro da rede de proteção às mulheres que, objetivamente, precisam de dinheiro. Precisam de orçamento para que tudo ocorra.” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Mesmo nos inflamados discursos de Marielle sobre as violências contra as populações periféricas e mortes decorrentes de intervenção policial, a vereadora sempre

destacava a questão da infância, como nessas falas dos dias 16 de fevereiro e 04, 12 e 18 de abril de 2017:

“É fundamental a gente ocupar a Tribuna, principalmente num dia como o de hoje, no qual mais uma vida de uma criança de sete anos foi ceifada na Maré. Eu falava com alguns colegas vereadores da dor da Thayana – mais uma mulher de favela e, nesse caso, o lugar de origem é a favela da Maré. Numa troca de tiros, seja numa guerra entre o tráfico, seja numa incursão policial, mais uma criança vítima de bala perdida.

Educação é direito humano e valorização da vida, principalmente a vida das tantas meninas de cada escola municipal da Cidade do Rio de Janeiro. Em especial, nesse dia de hoje, quero falar da Maria Eduarda. Quero também falar da Hosana, mais uma menina morta em um lugar que se chama de favela, de violência, de ausência. Quero tratar sobre essas duas estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro.

Porque inclusive, na sua fala anterior, quando a gente traz o debate do feminicídio, a relação com o feminicídio, para mim, está diretamente ligada, ao que você mesmo trouxe, a relação de respeito das crianças nas escolas. Então o lugar de construção do debate das diversas formas de família, o lugar das diversas formas da construção do respeito pelo idoso, pela mãe, pela criança que tem carrinho deve ser aprendido, na minha perspectiva, pela escola e a família formando também.

O Secretário Municipal de Educação já fez pronunciamento rápido, utilizando as redes sociais, falando de mais uma profissional da educação atingida por uma bala de raspão dentro de uma creche municipal. Inclusive, ela estava segurando uma criança.” (Idem).

Sobre esse tema, e sua correlação com a proteção da infância, entrelaço um trecho de um artigo jornalístico escrito com uma diletta colega ao refletir sobre o número crescente de mortes por intervenção policial no Rio de Janeiro, durante a intervenção federal e a desconsideração das primeiras infâncias nas operações policiais:

“O que nenhum estudo consegue apontar com precisão são as vítimas que não foram fisicamente lastimadas nem mortas em decorrência da atuação policial ou das inúmeras guerras entre facções rivais nas comunidades fluminenses. Não existem dados acerca das vítimas invisíveis, em especial de crianças e adolescentes que são obrigados a seguir suas

vidas em meio aos gritos, tiroteios, balas perdidas, mortes e perdas pelo caminho.” (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 1).

Marielle era muito hábil ao diálogo e conseguiu dialogar mesmo com parlamentares de partidos de oposição ao seu, como esse discurso de 27/04/2017 revela:

“E já adiantando, no dia 29, a gente tem uma audiência pública da Comissão de Defesa da Mulher sobre a questão da mortalidade materna. E uma das pautas, um dos lugares sobre os quais chegaram informações no gabinete é justamente sobre a maternidade fechada na Ilha do Governador. Fico feliz pela bancada estar atenta, principalmente em relação à questão do trânsito e da necessidade que é para as mulheres chegarem até o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, ter acesso ao próprio pré-natal e ao processo de acompanhamento. Então, será mais um dia e uma intervenção de luta em que, independente de estarmos em situação ou oposição, estaremos juntas pelos direitos das mulheres.” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

A atenção à primeira infância e ao atendimento pré-natal adequado a mulheres restou bem evidenciada no dia 11/05/2017 em seu discurso sobre as visitas que fez pela Comissão Técnica de Defesa da Mulher a maternidades e casa de parto na cidade do Rio, bem como no debate público que realizou em 29/05/2017 com o tema Mortalidade Materna no Município do Rio de Janeiro

“Nós da Comissão de Defesa da Mulher estamos organizando uma audiência pública a respeito da mortalidade materna e faremos visitas a algumas maternidades. [...] Nesses 13 anos, foram 2.946 partos naturais, bem sucedidos e sem nenhum óbito. É um lugar na Zona Oeste, em Realengo. Portanto, não tão acessível para uma parcela da população, se olharmos assim, mas com uma relação – inclusive com o entorno – de valorização, de mutirão, de pertencimento àquele espaço. E a defesa dos direitos pela vida das mulheres passa por olharmos iniciativas que tenham êxito e resultado.

Seja um Debate Público do nosso mandato, seja audiência pública da Presidência da Comissão da Mulher, esse é um tema fundamental, a pauta de gênero, a pauta também das regiões da Cidade, aí eu falo enquanto favelada, esse lugar também que nos atinge, a nós, mulheres negras, em especial, esse é um tema, esse é um debate que nós, pela

Comissão de Defesa da Mulher, desde o primeiro momento de atuação, tiramos como decisão política do acompanhamento às maternidades e essa questão da saúde.” (Idem).

Seu último discurso foi no Dia Internacional da Mulher de 2018 (08/03/2018). Foi um discurso de muita emoção, lançando sementes, ideias e resistências pela data histórica do movimento feminista. Seguem alguns excertos, sendo certo que recomendo a leitura completa:

“Neste dia 8 de março, ocupando uma das apenas sete cadeiras aqui do Parlamento Municipal, precisamos sempre nos perguntar: o que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? [...] Este 8 de março é um março histórico, um março em que falamos de flores, lutas e resistências, mas um março que não começa agora e muito menos é apenas um mês para pautar a centralidade da luta das mulheres. A luta por uma vida digna, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo direito à vida das mulheres precisa ser lembrada, e não é de hoje, é de séculos, inclusive com origem em séculos passados, quando nas greves e manifestações, principalmente as russas, no período pré-revolucionário, mulheres lutaram com firmeza, lutaram pelos direitos trabalhistas. [...] Onde estão as vagas apresentadas pelo Prefeito Marcelo Crivella, que seriam ampliadas na creche? Onde estão as educadoras e os educadores aprovados em concurso que ainda não foram chamados? Como ficam as crianças que, nesse período de intervenção. [...] O movimento que nós fizemos por mais mulheres nos espaços de decisão é para que as políticas públicas entendam o porquê de um vagão necessário em tempos de assédio. É para que nós possamos falar de mobilidade a partir da perspectiva de gênero. É para que a gente possa falar de economia solidária. [...] Nesse período, por exemplo, em que a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. [...] Há uma diversidade de lutas na pauta pela vida das mulheres, na pauta pela legalização do aborto, na pauta pela luta das maternidades, na cultura, no empreendedorismo, pelas mulheres da Zona Oeste. [...] Quero citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista e ativista pelos direitos civis. “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão.” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve objetivo de trazer para a seara acadêmica trechos de discursos da vereadora Marielle Franco durante sua lamentavelmente breve passagem pelo legislativo municipal do Rio de Janeiro.

A análise dos discursos teve como filtro as pautas relativas à infância (em especial as primeiras infâncias) e à maternidade, buscando romper as estruturas patriarcais e racistas presentes nas instituições que possuem saber/poder, já que “o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de “raça” (KILOMBA, 2020 p. 45).

Memórias pessoais estão aqui para alicerçar um “ponto de vida” (COCCIA, p. 25)¹⁰ e escancarar os privilégios e abismos, bem como para demonstrar a urgência das abordagens feministas e antirracistas para construção das políticas públicas.

Não foi fácil separar, nos discursos de Marielle, as temáticas essencialmente relativas à infância e à maternidade. A potente vereadora já sabia da imprescindibilidade de intersectorialidade e de interdisciplinaridade das políticas públicas para as primeiras infâncias sem ter ido a outro país para aprender. Suas bases epistemológicas são de mulheres negras, bem como da vida desafiadora que teve.

Quando Marielle falava de necropolítica, falava de direito à educação, mortalidade materna, proteção da infância. Ao discursar sobre violência, incluía a pauta da população LGBTI+, posto que sua identidade de mulher casada com outra mulher, trazia-lhe ainda mais interseccionalidades e causas a defender.

Ao falar de infância, conectava este tema à liberdade religiosa bem como ao urbanismo e ao uso dos espaços públicos, como neste discurso proferido no dia de São Cosme e Damião, em 27/09/2017:

“[...] na favela, as crianças saem para a rua, saem com as mães, e o sincretismo religioso associado ao direito de brincar ligado ao direito de ocupar o espaço público, de correr atrás dos saquinhos e de dividir depois o que se ganhou. Vi, hoje, lá no pé do morro do Salgueiro, toda essa movimentação, vi na Maré também. Então, esse é um momento importante da infância que, certamente, muitos de nós e muitas de nós temos como lembrança.” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2017).

Achille Mbembe (2018, p. 8) afirmou que a “a vida em si só existe em espasmos e no confronto com a morte”. Marielle não era inofensiva. Seus discursos não eram inofensivos. Sua atuação gerou abalos profundos e insuportáveis para os pilares sexista, racista e homofóbico que sustentam nossa sociedade. Gerou o medo de que sua força política cada vez mais se consolidasse. Kilomba (2020, p. 29) mais uma vez nos socorre: “o sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo”.

Marielle teve a coragem de exercer a *parresía* estudada por Foucault. Etimologicamente pode ser definida como a atividade de tudo dizer. Parresiasta é aquele que fala sem nada ocultar ou dissimular. Há o sentido pejorativo, mas Marielle exercia a *parresía* no sentido positivo: “dizer a verdade sem reserva nem retórica, dizer tudo, sim, mas em ligação com a verdade, sem mascará-la” (FOUCAULT, 1966, p. 6 apud RODRIGUES; MATTAR, p. 232).

Foucault enumera ainda que são necessárias duas condições suplementares para o surgimento da prática discursiva com *parresía*: “o sujeito, ao dizer o que pensa, corre o risco de irritar o outro, arrisca-se à violência, fazendo com que a *parresía* demande certa forma de coragem” (Idem).

No dia 08 de março de 2018, do alto da tribuna, a vereadora vaticinou que “as rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas também estaremos com os punhos cerrados, falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Comparando as palavras e discursos de Marielle Franco a sementes e rosas, trago as lições de Emanuele Coccia (2017, p. 13): “a vida vegetal é a vida enquanto exposição integral, em continuidade absoluta e em comunhão global com o ambiente”, sendo certo que “as plantas participam da totalidade do mundo em tudo que encontram” (Idem, p. 12).

Marielle foi rosa do asfalto que semeou tantas novas vozes em espaços políticos dentro e fora da Câmara dos Vereadores. Seus projetos de lei seguiram em frente, sendo que atualmente temos dez leis de sua autoria aprovadas na Câmara dos Vereadores¹¹, sendo quatro relacionados a famílias, infância, adolescência ou juventude (Lei nº 6.357, de 15/05/2018 – Inclui o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010; Lei nº 6.416, de 23/10/2018 – Institui o Programa de Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no âmbito do Município do Rio de Janeiro; Lei nº 6.419, de 14.11.2018 – Institui

o Programa de Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância no âmbito do Município do Rio de Janeiro e Lei nº 6.614, de 14.06.2019 – Institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências).

O Projeto de Lei nº 16/2017 com o objetivo de instituir o Programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado foi arquivado, tendo sido desarquivado a pedido da viúva de Marielle, a vereadora Monica Benício, em 24/03/2021, com distribuição às Comissões para parecer no final de 2022¹². Vale acompanhar o desenvolvimento dessa semente.

A vereadora Marielle Franco nasceu para mim no momento de sua morte. Seu compromisso com a pauta feminista por meio do atendimento humanizado a mulheres, sobretudo, negras e periféricas, o compromisso com a educação de crianças e jovens, a necessidade de escuta dos movimentos sociais são inspirações pessoais para meus estudos relativos às primeiras infâncias.

Marielle, presente!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIZER, Anna; CURRIE, Janet. **The intergenerational transmission of inequality: Maternal disadvantage and health at birth**. Disponível em: <<https://bit.ly/31b4cu9>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022. E-book.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Discursos e Votações da Ver. Marielle Franco**. Disponível em: <<http://www.camara.rio/vereadores/marielle-franco/discursos-e-votacoes>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Discurso – Vereadora Marielle Franco em 08 de março de 2018**. Disponível em: <<https://bit.ly/3ZbwEjS>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Legislações da Ver. Marielle Franco**. Disponível em: <<http://www.camara.rio/vereadores/marielle-franco/leis-de-sua-autoria>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei nº 16/2017. Institui o programa de atenção humanizada ao aborto legal e juridicamente autorizado no âmbito do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://bit.ly/42Tt4y3>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARVALHO, Luciana. SILVA, Viviane. **A intervenção federal sob o enfoque da primeira infância.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/a-intervencao-federal-sob-o-enfoque-da-primeira-infancia/>>. Acesso em 14 mar. 2023.

COCCIA, Emanuele. **A virada vegetal.** São Paulo: n. 1, jul. 2018. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/cordeis/A%20VIRADA%20VEGETAL-6>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua criminologia.** Rio de Janeiro: Revan, 2004. In: NUNES, Yuri; CASTRO, Michele. As contribuições sociológicas para o desenvolvimento da criminologia. **Revista Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2017. ISSN: 2178-5694.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits I** (Ditos e escritos), volume I. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michael. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2007. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. MATTAR, Cristine Monteiro. Parresia cínica e política: heroísmo filosófico e psicologia social. **Estudos contemporâneos da subjetividade**. V. 2. N. 2, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/854/718>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FRANCO, Marielle. UPP – **A redução da favela a três letras:** uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2166/Marielle%20Franco.pdf;jsessionid=D35D4B357DB91762630C7169DA0A0F76?sequence=1>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/3TNEtLp>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan-abr. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HARTUNG, Pedro Affonso Duarte. **Levando os Direitos das Crianças a Sério: a absoluta prioridade dos direitos fundamentais e melhor interesse da criança.** São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARKOVITS, Daniel. A cilada da meritocracia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021. In: BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022. E-book.

MIRANDA, Luciana. Subjetividade: a (des)construção de um conceito. In: SOUZA, Solange (orgs.). **Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições, 2018. E-book.

PIMENTEL, Raul. **Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada**. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4934&sid=47>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. **Seminário Michel Foucault**. UNESP-Marília, maio 2010.

SANDEL, Michael J. **The Tyranny of Merit: can we find the common good?** New York: Picador, 2020. E-book.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias del Sur. Mexico: Siglo XXI, 2010. In: GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan-abr. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

WINNICOTT, Donald. **O Ambiente e os Processos de Maturação**: estudos Sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Viviane Alves Santos Silva
Promotora de Justiça do Ministério Público do
Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Mestranda em
Políticas Públicas e Formação Humana na
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: vialves@mprj.mp.br

¹ “Fundado em 2011, o NCPI é uma coalizão que reúne seis organizações de natureza e competências diversificadas, que contribuem com as atividades por meio do aporte de recursos financeiros, cessão de infraestrutura, suporte técnico e/ou apoio estratégico visando ao fortalecimento de políticas públicas, programas e práticas profissionais, cujo foco seja a melhoria da qualidade de vida de crianças pequenas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade”. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/sobre/>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

² Matéria com a entrevista das promotoras de Justiça responsáveis inicialmente pela investigação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/causa-da-morte-de-marielle-e-repulsao-de-ronnie-as-causas-da-vereadora-diz-mp.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

³ Recentemente, a Justiça manteve a prisão dos executores, conforme amplamente noticiado. Disponível em: <<https://bit.ly/42ASf8p>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

⁴ Curso de pós-graduação Crianças, Adolescentes e Famílias, promovido pelo Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

⁵ A Concha Acústica foi nomeada com o nome da vereadora alguns meses depois de sua morte, após decisão unânime do Conselho Universitário, conforme Resolução nº. 03/2018. Disponível em: <<https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/01/UERJ-em-dia-Edi%C3%A7ao-888.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

⁶ No Estado do Rio de Janeiro, a política de cotas foi estabelecida para os cursos de graduação da UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), conforme a Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3K7Ahmr>>. Acesso em: 14 mar. 2023. Atualmente, a política de cotas está regulamentada pela Lei Estadual nº 8.121, de 27 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3JDv1FG>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

⁷ Entrevista disponível em: <<https://medium.com/revista-subjetiva/entrevistamos-marielle-franco-mulher-negra-perif%C3%A9rica-e-vereadora-do-rj-mulheres-na-pol%C3%ADtica-7839b7fbfe06>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

⁸ Entrevista completa com o Oficial da PMERJ disponível em: <<https://bit.ly/3TIW8nu>>. Acesso em 14 mar. 2023.

⁹ Para saber mais sobre as hipóteses de aborto permitido no ordenamento jurídico brasileiro, o denominado “aborto legal”, ver a cartilha elaborada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Aborto_Legal.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

¹⁰ Ponto de vida e não ponto de vista: “toda verdade é o mundo no espaço de mediação do vivente”. (COCCIA, p. 25).

¹¹ Lista disponível em: <<http://www.camara.rio/vereadores/marielle-franco/leis-de-sua-autoria>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹² Tramitação disponível para acompanhamento em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/0/0325864700576D26832580C800544AF5?OpenDocument>>. Acesso em: 15 mar. 2023.